

AS COMUNIDADES RURAIS CABOCLAS E O PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO MEIO OESTE CATARINENSE

Guilherme Augusto Fabrin¹
Mariana Homem de Mello Reinach²
Luis Olímpio Stalchmidt Cipriano³

Resumo

Neste trabalho problematiza-se a questão da não participação de agricultores familiares de origem cabocla na política pública que leva o nome de um episódio histórico marcante no processo de segregação socioespacial deste público, o Território Meio Oeste Contestado-SC (TMOC). De forma complementar, discutem-se elementos que apoiam a compreensão de quem é o caboclo. Por fim, como um possível “caminho” para a superação da histórica marginalização deste público, expõe-se um inventário e mapeamento preliminar das comunidades rurais de remanescentes caboclos no TMOC.

Palavras-chave: Comunidades Rurais Caboclas, Programa Territórios da Cidadania, Território Meio Oeste Contestado.

Introdução

A abordagem territorial vem sendo adotada pelo governo brasileiro desde 2003 no sentido de articular e implementar políticas públicas destinadas ao meio rural, tanto para fomentar o protagonismo de agentes sociais na construção e na governança do desenvolvimento de seus territórios, quanto para potencializar os resultados das políticas públicas de forma participativa.

Em 2008, a política territorial federal ganhou novo impulso com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que selecionou 120 regiões prioritárias para o desenvolvimento de ações conjuntas entre diversos órgãos públicos e da sociedade civil organizada em zonas rurais que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano. Seu principal objetivo é promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Uma dessas experiências ocorreu na

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, guilhermegeoufsc@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina, mari.reinach@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina, cultivamor@gmail.com

mesorregião oeste de Santa Catarina com criação do Território Meio Oeste Contestado (TMOC).

O processo histórico de ocupação da região onde se situa o TMOC marginalizou o acesso à terra e desestruturou o modo de vida tradicional de boa parte dos agricultores caboclos que habitavam a região de longa data, em favor da exploração florestal pela indústria madeireira e da colonização com agricultores de origem europeia. A Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos de 1912 e 1916, é o marco de entrada do colonizador na história local. Esta guerra consistiu em um dos maiores conflitos sociais ocorridos no Brasil, representando a resistência, mas também a derrota do povo caboclo, o que deixou o “caminho livre” para a colonização capitalista. Suas sequelas foram e ainda são sentidas inclusive por remanescentes caboclos, cujas famílias sequer tiveram ligação com o conflito.

Expropriadas para dar lugar às empresas colonizadoras e aos trabalhadores descendentes de imigrantes europeus, a maioria das famílias caboclas abandonou o campo durante o processo de “modernização da agricultura”, ocorrido a partir de meados dos anos 1960. Grande parte de seus descendentes reside hoje em bairros periurbanos dos municípios da região. No entanto, uma parcela persistiu no meio rural: parte se integrou ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra a partir dos anos 1980 e foi beneficiada pela política de reforma agrária (a região em estudo apresenta uma forte incidência de assentamentos), e outra porção persistiu em comunidades rurais, algumas delas com presença expressiva de famílias caboclas. Estas famílias, na sua maioria, vivem em situação de precariedade, reprodução social limitada e têm dificuldades para acessar políticas públicas de desenvolvimento agrícola.

Após um levantamento de dados realizado através de pesquisa empírica, é bastante significativo perceber que política pública de desenvolvimento territorial do MDA inclui no nome desse território o "contestado", sem nenhuma ação afirmativa no sentido de incluir os principais atores desse episódio histórico nas suas ações e, sobretudo, projetos financiados. Ou seja, as comunidades caboclas, cujo histórico de luta dá inclusive origem ao nome do território abordado pelo PTC (TMOC), não são reconhecidas enquanto potenciais protagonistas na elaboração de um plano de desenvolvimento para o território. Pelo contrário, tais comunidades não são sequer conhecidas pelo poder público. Um dos indicativos disto é a inexistência de dados secundários e a falta de informações a respeito de comunidades com presença de famílias caboclas por parte de agentes públicos que atuam no meio rural (CIPRIANO, 2017).

Não por acaso, predomina entre os agricultores caboclos o absoluto desconhecimento sobre a existência do Programa Territórios da Cidadania. Mesmo no âmbito de uma política pública que pretende-se participativa, o processo histórico de invisibilização e marginalização da população cabocla perpetua-se, na medida em que a participação nos espaços de construção de políticas públicas está condicionada por aspectos dos quais as comunidades caboclas que persistem no espaço rural do MOC em geral carecem, como níveis de escolaridade e de organização política elevados, estrutura socioeconômica consolidada, entre outros fatores que geram diferenciação social entre os agricultores, seu público beneficiário.

Neste sentido, é de suma importância a avaliação das potencialidades e as limitações de políticas públicas "participativas", levadas à cabo pelo Estado sem que sejam proporcionadas condições materiais e subjetivas mínimas para que esta participação contemple a diversidade de agentes envolvidos, os diferentes interesses e necessidades em questão. Portanto, no presente artigo apresenta-se um inventário preliminar das comunidades rurais caboclas que habitam o MOC, com o propósito de auxiliar na caracterização de uma parcela importante do público que deveria beneficiar-se do PTC.

Também é pertinente problematizar a concepção de desenvolvimento territorial adotada para elaboração e implementação do Programa Territórios da Cidadania considerando a relevância da realização de estudos que visem analisar e avaliar as políticas públicas de desenvolvimento rural e, conseqüentemente, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes no estado de Santa Catarina. A concepção de desenvolvimento territorial adotada esvazia o caráter político do conceito de território. Isso acontece quando não são considerados elementos como a condição estrutural de assimetria de poder do modo de produção capitalista, os conflitos em torno da exploração de classes sociais, a apropriação capitalista do espaço geográfico e a condição desigual de acesso aos recursos pelos diferentes agentes.

O Programa Territórios da Cidadania e o Território Meio Oeste Contestado

O Programa Territórios da Cidadania surgiu a partir da percepção de que alguns dos Territórios Rurais, anteriormente selecionados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), se apresentavam mais fragilizados economicamente, e que, portanto, necessitavam de uma atenção mais urgente, com ações ainda mais articuladas. Trata-se de

uma iniciativa que buscava a intervenção concentrada de diversos ministérios e órgãos públicos em zonas rurais marcadas por fortes índices de pobreza. A política territorial rural simboliza, segundo Delgado e Leite (2015, p. 240), “uma inovação institucional importante no sentido de incorporar demandas dos diferentes povos e populações tradicionais existentes no meio rural na política pública do governo federal”.

O Território Meio Oeste Constestado (TMOC) é um dos 120 Territórios da Cidadania criados pelo Governo Federal em 2008, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A abordagem territorial vem sendo adotada pelo governo brasileiro desde 2003 no sentido de articular e implementar políticas públicas destinadas ao meio rural, tanto para fomentar o protagonismo de atores sociais na construção e na governança do desenvolvimento de seus territórios, quanto para potencializar os resultados das políticas públicas.

O TMOC abrange três associações de municípios, das quais apenas uma está contemplada em sua totalidade, a Associação dos Municípios do Alto Irani. Das outras duas associações, Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense e Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense, situam-se fora do Território um e três municípios, respectivamente. Segundo Tecchio (2012), o processo de delimitação que resultou na configuração geográfica do TMOC foi bastante polêmico, uma vez que os atores do setor público se viram obrigados a participar de diferentes fóruns regionais dos quais muitos tinham finalidades semelhantes.

O PTC tem como objetivo principal a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ou seja, há um esforço em implementar e gerir políticas públicas junto à agricultores empobrecidos, situação em que se encontra grande parte das famílias caboclas. Porém, a maior parte destas famílias permanece invisível perante os órgãos públicos, uma vez que dispõe de dificuldades estruturais para acessar políticas públicas de forma geral. Além disso, são escassos os trabalhos acadêmicos onde os caboclos catarinenses aparecem enquanto objeto de pesquisa no que diz respeito ao modo como vivem, trabalham, se relacionam e sobrevivem. Existe uma lacuna teórica a respeito de suas estratégias de reprodução social e esta carência de conhecimento reforça a histórica marginalização destas populações. Surge então a pergunta: como o poder público poderá incluir uma população que, além de

marginalizada, permanece desconhecida? E como esta população poderá exercer seus direitos de cidadania sem participar efetivamente da construção de políticas participativas?

É possível que o não acesso destes agricultores às políticas públicas produtivas seja um reflexo da negligência da ação do setor público em relação ao agricultor caboclo e seu modo de viver e de fazer agricultura. Segundo Ploeg (2006, p. 34), a “falta de entendimento teórico reflete-se negativamente na formulação de políticas”. Em outras palavras, esta lacuna é mais um fator que impede que políticas públicas sejam formuladas de maneira adequada ao processo de trabalho desenvolvido pelos agricultores e agricultoras caboclas. Sem estudos detalhados é pouco provável que se tenha noção de suas demandas e potencialidades em uma medida que possibilite contemplá-los na política pública. Os “caboclos, índios e negros que viviam no Território Contestado traçaram trajetórias de contínua luta para sobreviver num território que até hoje não os visualiza como sujeitos integrantes da história da região” (SDT, 2006). É necessário, portanto, trazer à tona a existência e a importância das comunidades rurais de caboclos para que o PTC cumpra seu papel.

Os Caboclos

O termo *caboclo* tem uma histórica carga pejorativa que faz com que muitos dos remanescentes caboclos catarinenses não se reconheçam como tal, e sim como *brasileiros* (RENK, 2006). Do ponto de vista etimológico, existem pelo menos duas origens diferentes para o termo “caboclo”: a palavra tupi kari “boka, que significa “filho do homem branco”, e caa-boc, (também do tupi), que quer dizer “o que vem da floresta” (LIMA, 1999). Esta última definição ajuda a explicar a opção pelo termo em questão, pois, mais do que “vir” da floresta, o caboclo soube viver com e da floresta e lutou por sua conservação num tempo em que o desmatamento era naturalizadamente sinônimo de progresso. Para Renk (2011, p. 139) “a floresta era o território por excelência dos caboclos” e, para Maestri (s/d), a formação do caboclo se deu a partir da presença dos nativos americanos habitantes das florestas, que ao adaptarem-se “à sociedade latifundiária exportadora através do processo de superação-degeneração das tradições aldeãs nativas” passaram a ser denominados caboclos. (p. 11).

Independentemente da perspectiva a partir da qual se aborda a origem do caboclo é recorrente na literatura sobre o assunto o aspecto da miscigenação como característica fundamental desse grupo étnico (MARTINS, 1995; MACHADO, 2004; BRANDT, 2011). Porém, de acordo com Machado (2004), a conotação étnica não é a única, nem a mais

importante característica do termo caboclo. O essencial é sua distinção social e cultural, havendo “também brancos caboclos, alemães e polacos acabocladados” (MACHADO, 2004, p. 48). O fenômeno do “acaboclamento”, apontado pelo autor, consiste na adoção do modo de vida caboclo, que é bastante diferente da ética do trabalho dos imigrantes, ou ainda, pelo enquadramento profissional em alguma atividade classificada como “serviço de caboclo”, a exemplo da extração de erva-mate. Portanto, existem também colonos de ascendência europeia que passaram a ser identificados como caboclos.

No âmbito desse estudo, compreende-se por *caboclo* o camponês⁴ ou trabalhador de origem camponesa, mestiço de índios, negros e brancos, que possui valores sociais específicos e constitui um segmento da população que vive uma “condição de existência em contexto de isolamento relativo, afastado do sistema legal e sem acesso às relações de poder dominantes” (MARTINS, 2001, p.17).

A forma cabocla de apropriação do solo tinha como finalidade a prática de uma agricultura de subsistência, caracterizada pelo cultivo do necessário para o sustento. Não existia motivação, nem possibilidade para acumulação. Em oposição, entre os agricultores descendentes de imigrantes europeus os valores eleitos e interpretados positivamente como orientadores de seu comportamento seriam “o trabalho metódico, sistemático, a poupança, o investimento e a frugalidade” (RENK, 2006, p. 162). Na interpretação dos agricultores caboclos, estes valores são negativos.

Os gringos são “seguros”, “mão-fechada”, “mortos-de-fome”, “pão-duros”, “come-unha”. Já vieram “atipados” e enriqueceram sempre mais. Os brasileiros são “mão-aberta”, “vão devagarzinho”, “preferem dar a tirar”, “preferem ficar sem a negar alguma coisa”. Os outros são “gananciosos”, “nunca têm que chega”, “preferem tirar a dar alguma coisa”. Por esta razão são “ativos” e estão “invadindo tudo”. Os gringos “mais ativos” deixaram os brasileiros pequenos, quando “diferenciou” (RENK, op cit, p. 162-163).

Se, por um lado, a avaliação por parte do grupo expropriado carrega uma forte estereotipia, por outro, a percepção dos colonos sobre o padrão comportamental do grupo de brasileiros é tão carregada quanto. Para eles, os caboclos não são do trabalho, são preguiçosos, atrasados, perdem tempo, não se interessam por estudo, não querem subir na

⁴ São camponeses os trabalhadores familiares com acesso a terra – mesmo que precário – suficiente para que pelo menos uma das atividades laborativas do grupo familiar seja a agricultura. Wanderley (1996, p. 3), considera o campesinato como uma forma particular da agricultura familiar, e identifica como características fundamentais dos camponeses a especificidade de seu sistema de produção –, ‘policultura- pecuária’ – e a centralidade da constituição do patrimônio familiar.

vida, desperdiçam terra. Quando trabalham, só fazem trabalho de negro, não cuidam de suas casas, “não tem uma flor, um pé de chá, nem um pé de verdura” (RENK, op cit., p. 92).

Apesar da divisão de mundo e das diferentes perspectivas, é evidente a centralidade da categoria trabalho nos discursos de ambos os grupos e, portanto, no processo de construção da “fronteira” que os separa. Em outras palavras, a nova compreensão de trabalho e os padrões dela derivados, impostos a partir da colonização, fazem parte da violência simbólica⁵ (BOURDIEU, 1989) que foi determinante no processo de exclusão identitária.

Necessariamente devemos lembrar que a centralidade econômica e ética do trabalho é algo antigo, historicamente construído, que foi fortalecido pela industrialização, pela formalização do trabalho e foi difundido e imposto mundialmente. Ou seja, convencionou-se a noção de trabalho enquanto “dignificador do ser humano”, “solução para todos os males”, “o segredo da fortuna”, “bênção divina”, “instrumento de libertação”, a única maneira de produzir bens, e com ela a limitada compreensão de que a pobreza resulta do não trabalho ou do pouco trabalho, e a riqueza o inverso. Aqueles que pensam de maneira diferente, que não trabalham formalmente ou que têm uma relação com o trabalho que não é produtivista resultaram discriminados. Essa ideologia faz parte do mesmo paradigma que orientou a colonização e o desenvolvimento da agricultura hegemônica: o paradigma da modernização. Portanto, é notável a estreita relação entre a exclusão da população cabocla e a noção moderna de trabalho.

O sistema caboclo de produção e de organização do trabalho é feito “pro gasto”, orientado pela lógica da subsistência da família, que é “ampla”, inclui o compadrio e constitui sua base associativa (GEHLEN, 2004). Em seu modo de vida tradicional, anterior à colonização e, portanto, em terras devolutas, “dedicou-se à economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, na pesca, coleta e horticultura itinerante em região florestal, na periferia da sociedade oficial” (MAESTRI, 2002, p. 157). A lógica econômica do caboclo não é uma lógica mercantil produtivista. Ainda que ele possa ser considerado um produtor mercantil – que se enquadra de alguma maneira na divisão social do trabalho – pelo fato de manter-se produzindo mercadorias de forma mais ou menos desenvolvida, sua existência econômica se baseia acima de tudo sobre o usufruto imediato dos bens que possui (FASE,

⁵ A violência simbólica sofrida pelos brasileiros se deu com a imposição dos padrões dos colonizadores, principalmente “o trabalho assalariado, a mercantilização, o catolicismo romano, dentre outros” (RENK, 2011, p. 138). Cabe aqui adicionar as outras formas de fazer agricultura.

1979 apud GEHLEN, 2004).

Os caboclos são considerados uma população tradicional do sul do Brasil por Löwen Sahr e Cunha (2005) que, por sua vez, lamentam a falta de atenção dispensada a este público. Contudo, enfatizam a persistência, resistência e resiliência dos remanescentes de caboclos, que “apesar de considerável pressão, [...] vem conseguindo manter-se parcialmente afastado, até hoje, dos processos de modernização, preservando seu modo de vida” (LÖWEN SAHR; CUNHA, op. cit., p. 90).

Assim como identificado por Renk (2006) relativamente à roça cabocla, o sistema faxinal é tradicionalmente dividido em “terras de plantar” e “terras de criar”. Trata-se de um sistema de produção agropecuária “que abrange, além da atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira, a produção de erva-mate e também a agricultura de subsistência” (LÖWEN SAHR; CUNHA, op. cit., p. 90). Segundo estes autores, os caboclos são os principais responsáveis pela gênese desta forma de uso do solo, que se deu com “a junção da prática de terras de uso comum dos índios, a prática da criação de animais dos negros africanos, mais a prática da extração da erva-mate por ambos os sujeitos sociais” (TAVARES, 2008, p. 384 apud FÖETSCH, 2014, p. 75). Trata-se, portanto, da junção de saberes e práticas dos povos que, a partir de sua miscigenação, deram origem ao caboclo.

A compreensão que um caboclo faxinalense tem a respeito desse sistema está reproduzida a seguir:

No meu entender acho Faxinal é um lugar onde tem a criação solta, onde você pode trabalhar em comunhão, tudo junto, tudo unido, faz o puxirão pra trabalhar na cerca, onde é tudo cercado, você tem cabrito, porco, gado, galinha ali é tudo solto, então acho que isso aí pra mim é um Faxinal onde tem união, você pode trabalhar unido, todo mundo tem sua criação, tem sua terra ali, chegar ser isso aí um Faxinal. Como que é o uso da terra no Faxinal? O uso da terra no Faxinal é todo mundo tem um pedacinho, lá o que é sem-terra planta na terra do outro, se puder pagar um aluguel paga, se não puder não tem problema, desse jeito que usa, a criação também pisa na terra de todo mundo, não tem divisão, solto mesmo o uso da terra (ARTICULAÇÃO PUXIRÃO, 2008, p. 3).

Merece destaque a menção ao puxirão ou mutirão, palavra de origem tupi –moti’rõ – que significa ajuda, e nomina uma prática milenar bastante comum entre povos e comunidades tradicionais do Brasil. Em geral os mutirões são reuniões para realização de algum trabalho, podendo seu objetivo variar entre o benefício individual e o bem coletivo. É uma forma de trabalho relacionada ao passado dos caboclos por diversos autores (RENK, 2006; BOLZAN, 2011; BRANDT, 2014; FÖETSCH, 2014; PODELESKI, 2014), isto porque

a abundância de terras possibilitava que cada família cabocla cultivasse seu próprio roçado, cuja preparação, manejo e colheita da produção eram comumente executados em mutirões. No entanto, como veremos adiante, entre caboclos que não foram expropriados este tipo de prática continua fazendo parte de seu cotidiano.

Na atualidade uma espécie de sistema tripolar compreende o “ser caboclo” no oeste catarinense. No primeiro polo estão os “escravos da erva”⁶, carentes das diversas formas de capital e de possibilidades de expor e de impor seu modo de interpretar e de pertencer ao mundo. Muitos desconhecem a própria história, são explorados e de certo modo se envergonham do “ser caboclo”. No outro polo se encontram aqueles que, em condição de isolamento, invisibilidade social e relativa carência de capitais, mantiveram-se “afastados” dos processos de modernização, mas ainda têm acesso a terra e em grande medida permaneceram ligados às suas tradições através de um processo de constante construção e adaptação de saberes e práticas. Por fim, o terceiro polo é constituído pelos integrantes de iniciativas coletivas de “resgate” da subjugada cultura cabocla (MARQUETTI; SILVA, 2015), através da mediação cultural (RENK, 2011). Conforme esclarece Renk (op cit. p. 140), “são descendentes que, por ouvirem contar ou por serem portadores de capitais escolar, político ou religioso, assumem a narrativa cabocla”. A exemplo podemos citar a Associação Puxirão dos Caboclos e o Museu do Tropeiro, em Chapecó; o Museu do Caboclo, em Vargeão; e também universitários impulsionados pela redescoberta da “outra história” sobre os caboclos catarinenses.

As características fundamentais dos agricultores caboclos que podem ser consideradas como específicas e diferenciadoras dos agricultores descendentes de imigrantes europeus consistem nas racionalidades e concepções socioculturais dos distintos grupos. É possível encontrar nos agricultores caboclos os elementos orientadores de sua conduta específica que em grande medida é incompatível com a própria racionalidade capitalista. Há que se ter cuidado com a possível generalização destes elementos, porém, é visível a prevalência de uma conduta de estima pelo convívio, solidariedade e sustentabilidade em detrimento dos elementos ligados à acumulação e competitividade. Estes aspectos têm manifestações práticas diversas, entre as quais se destacam principalmente as técnicas de cultivo e criação menos degradadoras dos ecossistemas, a permuta de áreas propícias para o desenvolvimento de

⁶ Parafrazeando Wisentainer (2016), utilizamos esta expressão em referência aos trabalhadores rurais em situação análoga à escravidão resgatados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

atividade agrícola capitalista por áreas de mata que protegem nascentes de água, ausência de interesse na acumulação pecuniária e, por fim, as relações de reciprocidade.

Mapeamento das Comunidades Caboclas do TMOc

Embora a importância da contribuição cabocla seja menosprezada nas análises sobre o desenvolvimento rural catarinense, sua presença foi fundamental para a formação das primeiras comunidades rurais no oeste do Estado. Na medida em que a população cabocla penetrava nas densas florestas, criava condições de habitação e abria caminhos para o estabelecimento das famílias de origem europeia que viriam em seguida. Ou seja, existe uma outra história além daquela contada pelos colonizadores, que se colocam como “desbravadores” e, portanto, os “pioneiros” da região. Segundo Poli (2006, p. 151), “o estudo da evolução demográfica do Oeste Catarinense permite deduzir que, na medida em que o caboclo formava suas comunidades, as empresas colonizadoras encontravam o caminho aberto para penetrar na região e vender as terras já desbravadas”.

A partir de uma pesquisa empírica realizada entre 2016 e 2017, foram obtidos resultados que possibilitaram a construção de um mapa temático, contendo a localização das comunidades no TMOc, a elaboração de uma tipologia que as classificasse a partir de características sócio-históricas e a caracterização das principais estratégias de reprodução social adotadas por famílias de origem cabocla (CIPRIANO, 2017).

Este estudo não teve o objetivo de elaborar um censo demográfico da população cabocla na região e tampouco tem a pretensão de que essas informações sejam conclusivas. A limitação material e temporal, somada à vastidão geográfica do TMOc, impossibilitou alcançar com visitas a campo todos os municípios e, conseqüentemente, não se apurou a totalidade ou um número próximo do total de comunidades caboclas. Pelo contrário, a trajetória da pesquisa revelou indicativos importantes de que ainda há muito para ser desvendado.

Antes da pesquisa de campo possuíamos informação da existência de apenas quarenta e sete comunidades rurais caboclas em dezessete municípios, números que aumentaram, respectivamente, para cento e nove comunidades e vinte e seis municípios com o trabalho de campo. Portanto, a probabilidade de existir um número significativamente superior ao das comunidades rurais caboclas inventariadas é muito grande, uma vez que doze municípios do

território não foram contemplados com consultas a campo. Consequentemente, a quantidade de famílias caboclas também deve ultrapassar o número aproximado levantado de setecentos e onze.

Para o levantamento de dados, consideramos como comunidades rurais caboclas apenas as localidades onde vivem pelo menos três núcleos familiares, desconsiderando os casos de famílias caboclas vivendo de forma isolada em função das limitações já mencionadas. É importante enfatizar que a maior parte das comunidades é mista, com a presença de famílias de origem cabocla em meio a famílias de outras origens (alemã, italiana, polonesa, etc.).

Os resultados da busca por informações das comunidades rurais caboclas revelaram aspectos importantes para reflexão e organização dos dados. Um primeiro aspecto é a divergência das informações concedidas por gestores de políticas públicas municipais e documentos técnicos, tanto em relação ao número total de famílias componentes das comunidades, quanto ao número específico de famílias de origem cabocla. As diferentes fontes consultadas apresentaram dados por vezes contrastantes.

Nenhum destes dados se encontrava sistematizado, com exceção daqueles presentes no estudo de Melo (2015) e em Brasil (2017), carência que dificulta não apenas o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema, mas também a elaboração de projetos e políticas públicas de desenvolvimento rural. De todos os órgãos públicos municipais e organizações sindicais visitados em campo, o CRAS do município de Ouro foi o único onde encontramos dados sistematizados sobre uma comunidade.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à consistência dos dados. De todas as fontes que nos forneceram informações sobre o número de famílias presentes nas comunidades, as Secretarias Municipais de Saúde (SMS) são as que mais se aproximam da realidade constatada a campo, pois contam com agentes de saúde que atuam diretamente nas comunidades, visitando-as regularmente e cadastrando todas as famílias que ali habitam. É importante detalhar, porém, que o referido cadastro não inclui na autodeclaração étnica a opção “caboclo”. Portanto, ainda que algumas agentes de saúde tenham informado, além do número total de famílias, o número específico de famílias caboclas das comunidades que atendem, não significa que haja a mesma consistência nesse dado em particular.

O contraste de precisão das variadas fontes de dados influenciou diretamente na construção da Tabela 1, abaixo, que está disposta de modo a agrupar informações menos

precisas em uma coluna e dados mais consistentes em outra. Na primeira das duas colunas que contêm o número de famílias das respectivas comunidades estão dados provenientes de fontes diversas, como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), Secretaria Municipal de Agricultura (SMA), Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), relatório do Programa Arca das Letras⁷ (ADL), fontes bibliográficas e outras fontes⁸, todas elas devidamente indicadas entre parênteses ao lado dos dados, com exceção das “outras fontes”, que estão indicadas por dois asteriscos (**). A precisão e consistência desta categoria de dados é variável, ao passo que não provêm de levantamentos exaustivos e sistematizados, mas de informações orais de pessoas que conhecem as comunidades com profundidades distintas e difíceis de mensurar. Na segunda coluna constam as informações cedidas pelos profissionais das SMS, considerados nesta pesquisa mais precisos e consistentes pelos motivos já expostos. Os pontos de interrogação (?) significam que o profissional do órgão ou organização indicado(a) não soube responder. A ausência de dados está representada com um traço (-) e significa que a fonte afirmou não possuir a respectiva informação ou que não foi possível preencher a lacuna em questão no período de tempo da pesquisa. Comunidades cujo nome estiver sucedido pela sigla “PU” apresentam características periurbanas e se encontram localizadas próximas dos perímetros urbanos dos municípios pesquisados. Tratam-se de situações híbridas com características de comunidades rurais e de bairros urbanos, cujos habitantes desenvolvem atividades econômicas e sociais nesses dois universos de forma mais recorrente quando comparadas às comunidades tipicamente rurais. Elas foram incluídas devido à forte ligação de sua população com atividades rurais. Em outras palavras, é comum que as famílias caboclas que vivem neste tipo de comunidade trabalhem no meio rural, ainda que vivam próximas das sedes urbanas (RENK, 2006; WISENTAINER, 2016, CIPRIANO, 2017). Quando não houver nenhuma fonte indicada, o dado provém de checagem junto aos moradores da comunidade em trabalho de campo. A última coluna da tabela (Nº mapa) indica a identificação das comunidades no mapa das comunidades com presença de famílias de origem cabocla, exposto em seguida (Figura 1).

⁷ Brasil (2017).

⁸ As “outras fontes” são compostas por eventuais informantes que surgiram ao longo da trajetória da pesquisa, como moradores locais, agricultores caboclos e não caboclos, pesquisadores, entre outros.

Municípios	Comunidades	Nº total de famílias		Nº de famílias caboclas	Nº mapa
		Fontes Diversas	(SMS)		
Abelardo Luz	Linha Embú	? (STR)	-	1 (STR)	*
	Vila Araçá - PU	? (STR)	-	1 (STR)	*
Água Doce	Herciliópolis	? (EPAGRI)	-	-	1
	Vista Alegre	? (EPAGRI)	-	-	2
Bom Jesus	Linha Bento	15 (SMA)	-	>50% (SMA)	2
	Linha Água Santa	15 (SMA), 60 (CRAS)	-	15 (SMA)	1
	Linha Passo Ferraz	? (SMA), 30 (CRAS), 38 (ADL)	-	0 (SMA), 30 (CRAS)	4
	Espólio	12 (EPAGRI-Xanxerê)	-	12 (EPAGRI - Xanxerê)	*
	Linha Narciso	12(EPAGRI-Xanxerê), 12 (CRAS), 15 (SMA), 39**	-	4 (CRAS), 10 (SMA), 21**	3
Capinzal	Alto Alegre	? (EPAGRI), 110 (ADL)	-	6 (EPAGRI)	1
	Lindemberg	? (EPAGRI)	-	6 (EPAGRI)	4
	Alto São Roque	? (SMA)	-	-	3
	Alto Residência	? (SMA)	-	-	2
	Vila União	? (SMA)	-	-	5
Catanduvas	Vera Cruz	? (EPAGRI), 40 (ADL)	-	10-15 (EPAGRI)	1
	Sebaldo Kunz - PU	?**	-	-	*
	Chácara Fritz - PU	?**	-	2 (WISENTAINER, 2016)	*
	Vila I (Erva-mate Catanduvas)	?**	-	-	2
	Vila II (Erva-mate Catanduvas)	?**	-	-	3
Coronel Martins	Linha Brito	20 (SINTRAF)	-	15 (SINTRAF)	1
	Linha Brum	30 (SINTRAF)	-	20 (SINTRAF)	2
	Linha São Miguel	? (SINTRAF)	-	3 (SINTRAF)	6
	Linha Caliarí	? (SMA)	-	7 (SMA)	3
	Linha Caravaggio	30 **	-	10 **	4
	Linha Giongo	? (CRAS)	-	5 (CRAS)	5
	Linha Zanco	? (SMA)	-	5 (SMA)	7
Entre Rios	Linha Aparecida	60 (SMA)	-	10 (SMA)	1
	Linha Palmeiras	? SMA	-	6 (SMA)	7
	Linha Paiol de Barro	70 (SMA), 120 (ADL)	-	35 (SMA)	6
	Linha Limeira	30 (SMA), 23 (ADL)	-	30 (SMA)	4
	Linha Matão	30 (SMA)	-	15 (SMA)	5
	Linha João Veloso	30 (SMA)	-	7 (SMA)	3
	Linha Guarani	? (SMA), 19 **	-	-	2
Eraldo Velho	Dadalto	? **	-	-	*
Faxinal dos Guedes	Reservado	? **	-	3**	*
	Florestal	? **	-	?**	*
	Lageado dos Guedes	18 (STR), 35 (ADL)	60	8 (STR), ? (SMS)	2
	Linha Sede Ribeiro	20 (MELO, 2015), 10 (STR)	36	4-5 (STR), ? (SMS)	3
	Arroio Grande	10 **	-	10 **	1
	Linha Esperinha	? **	-	? **	*
	Linha Três Pinheiros	20 (STR), 11	-	10 (STR), 11	4
Galvão	Cohab - PU	60 (SMA)	-	? (SMA)	*
	Sag - PU	55 (SMA)	-	? (SMA)	*
	Linha Bom Retiro	? (SMA)	-	4 (SMA)	2

	Linha Novo São Paulo	? (SMA)	-	3 (SMA)	3
	Linha Padilha	? (SINTRAF)	-	15 (SINTRAFF)	4
	Linha Santa Teresinha	? (SINTRAF), 19 (ADL)	-	12 (SINTRAF)	5
	Linha Alto Rio Martins	25 (SINTRAF)/ 3 SMA	-	5 (SINTRAF)	1
	Linha Saudadinha	40T 10SINTRAF	-	10	6
Herval D' oeste	Senhor Bom Jesus da Barra Verde	32 (EPAGRI)	-	3 (EPAGRI)	2
	Rancho Queimado	24 (EPAGRI)	-	2 (EPAGRI)	1
	Sede Belém	-	40	40 (SMS)	*
Ibicaré	Linha Santo Antônio	-	19	3 (SMS)	*
Ipuacu	São João	Aprox. 20 (MELO, 2015), 15 (STR), <10 (EPAGRI)	-	15 (STR)	3
	Samburá	Aprox. 60 (MELO, 2015), 20 (STR), 30 (SINTRAF), 150 (ADL)	-	10 (SINTRAF)	2
	Linha Toldo Velho	<10 (EPAGRI)	-	-	4
	Linha Pinhalzinho	? (SMA)	-	-	1
	Linha São Cristóvão	17 (SMA)	-	-	*
	Aldeia Água Branca	? (SMA)	-	-	*
Jupia	Rodrigues	<10**	-	?**	*
	Linha Salete	30 (SINTRAF), 20-30**	-	15 (SINTRAF)	4
	Linha Morro Agudo	20 (SINTRAF), 42 (ADL)	-	6 (SINTRAF), 0 (CRAS)	2
	Linha Pinheiro	45 (SMA), 12 (SINTRAF), 12 CRAS, 40**	-	25 (SMA), 6 (SINTRAF), 4 (CRAS), 28*	3
	Linha Chagas	8 (SINTRAF), 8 (CRAS),	-	4 (SINTRAF), 2 (CRAS), 2-3**	1
	Linha São José	15 (SINTRAF), ?(CRAS)	-	8 (SINTRAF), 1 (CRAS)	5
	Linha Santin	10 (SINTRAF)	-	3 (SINTRAF)	6
Lacerdópolis	Linha Pato Roxo	? (STR)	-	2 (STR)	1
	São Roque	? (STR), 80-São Roque (ADL)	-	10 (STR)	3
	São Pedro		-		2
	Encruzilhada		-		*
Lajeado Grande	Linha Nova	3 **	-	3**	*
Luzerna	Linha Roça Grande	20 (SMA)	-	4 (SMA)	*
	Passo da Invernada	20 (SMA)	-	4 (SMA)	*
Ouro	Linha Carmelinda	? (CRAS), ? (SMA), 50 (ADL)	-	3 (CRAS)	1
	Linha Pinheiro Baixo	? (CRAS), ? (SMA)	-	3 (CRAS)	2
	Santa Lúcia	75 CRAS, 130 (ADL)	-	Aprox. 50% (CRAS)	3
Ouro Verde	Linha Quadras	10	-	10	2
	Linha Antônio Piá	7**	-	7 **	1
	Linha Barreto	4**	-	4**	*
	Linha Formiga	Aprox. 15**	-	Aprox. 15**	*
Passos Maia	Lenar - PU	? (STR)	-	-	*
	Lindes Bressiani	? (STR)	-	-	*
Ponte Serrada	Linha Pouso dos Tropeiros - PU	Aprox. 100 (EPAGRI)	70	2 (WISENTAINER, 2016)	1
	Linha Liberato	Aprox. 30 (EPAGRI), 44 (ADL), 40 (RENK,2006), 15**	-	15**	2
São Domingos	Linha Lourenço	30 (SMA), 60**	-	10 (SMA), 20**	2
	Linha Sto. Antônio	30 (SMA), 200 (ADL)	-	15 (SMA)	5
	Linha Encruzilhada	3 (SMA)	-	-	1
	Vila Milani	15 (SMA), 200 (ADL)	-	-	4
	Linha Maratá	?**, 150 (ADL)	-	-	3

	Linha Arvoredo	?**	-	-	*
	Linha Rotava	?**	-	-	*
Vargeão	“Casas da firma”- periurbano (RENK, 2006)	30	-	-	*
Vargem Bonita	Coração	200 (ADL)	94	5 (SMS)	*
	Linha Tamanduá	-	14	-	*
Xanxerê	Faxinal do Irani	? (EPAGRI), ? (STR)	57	15 (EPAGRI), ? (STR)	1
	Vila Nunes	Aprox. 15 (EPAGRI), 15 (STR)	-	? (EPAGRI), ? (STR)	*
	Almeida	?**	-	?**	*
	Bom Jardim	-	92	-	*
	Linha Rodrigues	? (STR)	33	-	2
Xaxim	Vila Diadema - PU	? (CRAS)	-	-	3
	São Jorge - PU	? (CRAS)	-	-	7
	Cachoerinha São José	? (CRAS)	-	Aprox. 12 (CRAS)	2
	Cachoerinha São Sebastião	-	-	-	-
	Voltão	-	5	-	*
	Linha Anita Garibaldi	? (CRAS)	-	Aprox. 10 (CRAS)	1
	Vila Florindo Folle (periurbano)	? (CRAS)	-	Aprox. 12 (CRAS)	5
	Linha Ervalzinho	? (CRAS)	-	-	4
	Sta. Teresinha	? **	-	-	6
	Linha 13 de Maio	? **	-	-	*
Linha Pilão de Pedra	? **	-	-	*	
Total: 26	109	-	520	Aprox. 711	-

Tabela 1 – Municípios com presença de famílias de famílias caboclas residindo em comunidades rurais e periurbanas, e total de famílias segundo a origem étnica. Fonte: Cipriano (2017).

Os resultados desta etapa da pesquisa possibilitaram a elaboração do mapa ilustrado na figura 1, que contém a localização da maior parte das comunidades identificadas, indicada pelos pontos brancos. Os números próximos aos pontos os relacionam à tabela 1, na qual as comunidades estão organizadas por município, sendo possível saber o nome de cada comunidade marcada no mapa pelo número de identificação, registrado na coluna “Nº mapa”. As diferentes cores simbolizam a quantidade de famílias caboclas presente em cada município e, no caso do tom acinzentado, a não obtenção de informações a este respeito. As cores avermelhadas, por um lado, e as esverdeadas e cinzas, por outro, diferenciam a intensidade da pesquisa. Os municípios coloridos com tons de vermelho (17) são aqueles onde houve pesquisa de campo intensiva, enquanto naqueles realçados com tons de verde (9) e cinza (3) a busca por informações não foi presencial nem exaustiva. Os gradientes de cada um dos tons simbolizam a quantidade de famílias de origem cabocla presente nos respectivos municípios. Quanto mais acentuada a cor, maior o número de famílias.

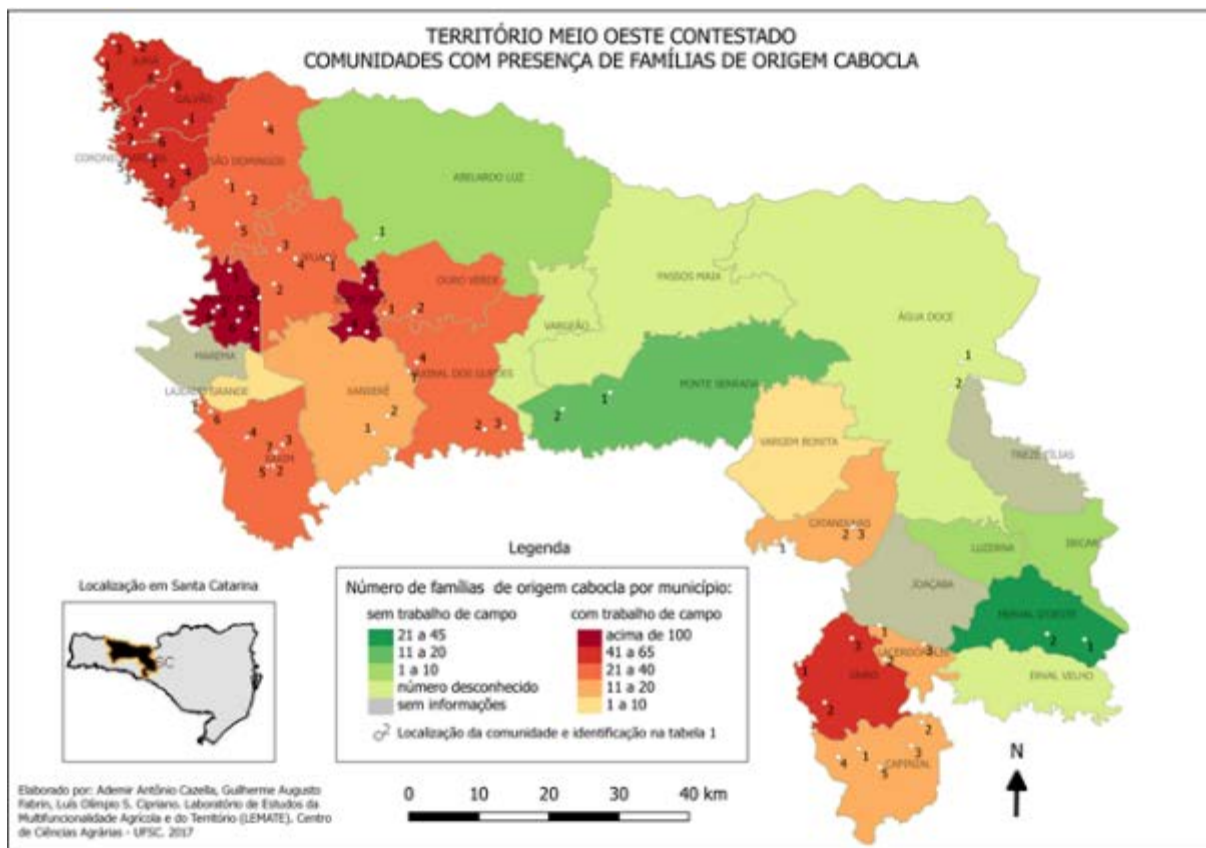


Figura 1 – Mapa das comunidades com presença de famílias de origem cabocla no TMO. Fonte: Cipriano (2017).

O estudo apresentado indica dois aspectos principais: i) que o grau de invisibilidade social dos agricultores caboclos é acentuado; e ii) que a pesquisa em campo é imprescindível para retratar com o mínimo de confiabilidade.

Ao longo da pesquisa encontramos diversos indícios de que, de forma geral, os caboclos fazem parte do segmento mais empobrecido da população do TMO. Isto se reflete nas informações prestadas pelas pessoas entrevistadas e nas percepções visuais que tivemos em nossa passagem pelas comunidades, nas quais conhecemos algumas famílias caboclas vivendo em moradias precárias, e muitas vezes em situação de insegurança fundiária (MELO, 2015).

As principais ocupações profissionais dessa população estão relacionadas à venda da força de trabalho, por vezes, em condições instáveis, em unidades agropecuárias e nas indústrias ervateira, agroalimentar e madeireira. Uma passagem do estudo de Wisentainer (2016) em certa medida confirma nossa constatação. De acordo com a autora, uma pesquisa

junto ao CRAS do município de Catanduvas permitiu identificar um quadro de extrema precariedade social das famílias caboclas do município.

a população mais empobrecida do município é formada por tarefeiros da erva-mate, trabalhadores de agroindústrias e do corte de madeira. São 250 famílias com escolaridade mínima, ou analfabetos, morando em residências precárias e com um 'sistema diferenciado na carteira', ou seja, 'trabalhando no frio', sem carteira assinada e com muitas entradas e saídas entre uma empresa e outra. (WISETAINER, 2016, p. 37).

Boa parte dessas famílias, no entanto, quando têm condições mínimas de acesso à terra mantém a prática da agricultura, seja para fins de autoconsumo, de subsistência ou apenas para garantir acesso ao benefício da aposentadoria rural. Esses casos configuram aquilo que possivelmente seja a principal estratégia de reprodução social adotada nas comunidades rurais caboclas: a pluriatividade. Para Schneider (2006), pluriatividade é a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, em uma mesma unidade de produção, por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico e que se identificam como família. No entanto, cabe aqui destacar que se trata de um tipo de pluriatividade que nada lembra um “novo rural”, como a maioria dos estudos sobre esse tema tendem a valorizar. A realidade constatada a campo tem tudo a ver com a noção de “trabalho refúgio” discutida por Guanzirolí et al. (2001), na abordagem crítica que fizeram sobre o deslumbramento de muitos autores brasileiros em torno do tema da pluriatividade agrícola. Neste trabalho, a pluriatividade pode incluir uma diversidade de atividades laborativas, para além das que foram mencionadas acima. Dos três grupos tipológicos identificados por Cipriano (2017), o maior deles é composto por comunidades nas quais predomina entre as famílias caboclas o trabalho remunerado fora da unidade agrícola familiar. Nos outros dois grupos, as ocupações das famílias ou o surgimento da comunidade estão ligados às indústrias ervateira e madeireira, com pouca ou nenhuma atividade agrícola.

Considerações finais

De forma geral, foi possível perceber que há uma persistência de comunidades rurais com presença de famílias caboclas na região estudada. Mesmo com intensos processos de colonização e de modernização da agricultura iniciados, respectivamente, no final do século XIX e nos anos 1960, essas comunidades não desapareceram completamente, ainda que em

boa parte delas a agricultura seja uma atividade secundária.

Embora os resultados obtidos ainda não sejam conclusivos. Além da existência de mais de cem comunidades com essa característica em vinte e nove municípios – dezessete com pesquisa de campo –, constatamos uma grande probabilidade deste número ser consideravelmente maior, algo que constitui um forte indicador da necessidade de continuidade da pesquisa. Grande parte dessa população foi espoliada e segregada sócio-espacialmente, apresentando carência de capital escolar e, portanto, menos empoderada não apenas no que se refere à imposição de sua visão de mundo (RENK, 2006), mas também na forma de contar “oficialmente” a sua própria versão da história. A crescente mediação cultural e a “recriação” da territorialidade cabocla (RENK, 2011) parecem ser ainda tímidas em relação à expressividade de sua importância e existência, e à amplitude de sua distribuição geográfica. Portanto, uma sugestão para novas pesquisas é a continuidade deste inventário, que inclua também a historicização dessas comunidades.

Como dito anteriormente, considera-se de suma importância que as políticas públicas participativas contemplem a diversidade de atores sociais, buscando dar as condições para que a participação de todos os setores da sociedade civil seja efetiva. Para isso, é imprescindível ouvir e dar voz a esta população, que não teve um papel meramente coadjuvante na história, como muito se sugere. E neste processo, as Universidades e seus grupos de pesquisa têm um papel fundamental, sobretudo no atual contexto de redução de investimentos em Ensino, Pesquisa e Extensão. Faz-se necessária a união de esforços acadêmicos e dos diversos órgãos públicos no sentido de melhor aproveitar os recursos disponíveis e levar adiante outras pesquisas a respeito da população cabocla em sua relação com o Estado.

Referências Bibliográficas

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: **Faxinalenses do Sul do Brasil**. Fascículo 3. Rebouças/PR, setembro 2008. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Fasciculo3.pdf>. Acessado em: 17 mar. 2017.

BOURDIEU, Pierre. Espace social et genese des “classes”. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, 1984, p. 52-53.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. **Costumes e Usos da Terra pela População Cabocla do Planalto de Santa Catarina**. Mercator, v. 13, n. 2, 2014.

BRANDT, Marlon; NODARI, Eunice Sueli. **Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória.** *História Unisinos*. São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues em Santa Catarina (SC).** Portal da Cidadania, 2017. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/santacatarinasc/one-community?page_num=0. Acesso em: 07 abr. 2017.

CIPRIANO, Luís Olímpio Stalchmidt. **Comunidades Rurais Caboclas no Território Meio Oeste Contestado.** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereira. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. **Faxinais e caívas: identidades territoriais na região do Contestado (PR/SC).** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 237 p., 2014.

GEHLEN, Ivaldo. Centralidade do trabalho e exclusão identitária no meio rural. **Sociedade em Debate**, v. 8, n. 3, p. 3-17, 2012.

_____. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GUANZIROLI, C. et al. Desenvolvimento com equidade e agricultura familiar. In: **Agricultura familiar e reforma agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro, Garamond, 2001, pp. 15-42

LIMA, Débora de Magalhães. **A Construção Histórica do Termo Caboclo:** sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Cadernos do NAEA*, v. 2, n.º. 2, 1999.

LÖWEN SAHR, C. L.; CUNHA, L. A. G. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária do Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2005. (p. 89-104).

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado:** a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: UNICAMP, 2004.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente- índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro.** IN: Centro de Estudos Marxistas. *As Portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista.* Passo Fundo: Editora UPF, 2002, p. 157.

_____. **A aldeia ausente- índios, caboclos, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro.** Sem data. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20campesinato%20no%20Brasil%20-%20M%C3%A1rio%20Maestri%20-%202004.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2016.

MARTINS, Pedro. **Comunidade Cafuza de José Boiteux – História e antropologia da apropriação da terra** (tese de doutorado). São Paulo: PPGAS/USP, 2001.

_____. **Anjos de cara suja: etnografia da comunidade cafuza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MELO, Diogo Neves. **Regularização fundiária em zonas rurais: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

PLOEG, Jan Dowe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PODELESKI, O. da S. **Estratégias de reprodução social de populações remanescentes do Contestado: o caso da comunidade de Taquaruçu, no Meio-Oeste de Santa Catarina**. Dissertação de mestrado. Florianópolis, 155p., 2014.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 19, nº. 23, p. 149-188, 2006.

RENK, Arlene Anelia. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense**. 2. ed. rev. Chapecó: ARGOS, 2006.

_____. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. In: Encontro anual da ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt09-11/5101-arlenerenk-etnicidade/file>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Territorialidade e ambientalização entre os caboclos. In: **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 135-145.

SCHENEIDER, Sérgio. A pluriatividade no Brasil: proposta de tipologia e sugestões políticas. In: **Anais DO XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, 2006.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Meio Oeste Contestado** (versão preliminar). Xanxerê, 2006.

TAVARES, Luís Almeida. **Campesinato e os Faxinais do Paraná: as terras de uso comum**. 2008. 756 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo – Departamento de Geografia. São Paulo, 2008.

TECCHIO, Andréia. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro** : estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado (SC). Florianópolis, 2012. 184 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. IUL – Impressora Universal Ltda., Caçador – Santa Catarina, 1981.

WISENTAINER, Poliana Dallabrida. **Escravos da erva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.